



Microcrédito como política pública para geração de trabalho e renda

Microcredit as a public policy for generating jobs and income

Nilcivânia Barbosa Oliveira Lucas¹

Heverton Barbosa do Nascimento²

Maria Waldilene Sousa Cavalcante³

Tatiane Betat Kohlrausch⁴

Estelita Lima Candido⁵

Resumo

O microcrédito Produtivo Orientado é incentivo ao desenvolvimento de empreendedores mediante o financiamento em fomento às atividades produtivas. Esse subsidia consumo, desenvolvimento do negócio, bem estar, educação e tecnológica tendo na orientação empresarial fator essencial. A atenção para esse segmento, relevante e frágil, é crescente, entre outros fatores, em função de políticas públicas para alívio da vulnerabilidade dos microempreendimentos pelas ações de combate a COVID-19. Logo, o presente artigo como pesquisa básica, descritiva e qualitativa, tem como objetivo geral analisar o MPO como política pública, especificamente avaliar o programa como estratégia para o Desenvolvimento

¹ Mestranda em Desenvolvimento Regional Sustentável, Universidade Federal do Cariri (UFCA) – Proder, Universidade Federal do Cariri, Av. Ten. Raimundo Rocha, 1639, Cidade Universitária, Juazeiro do Norte - CE, CEP: 63048-080, E-mail: nilcivaniabol@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7443-3077>

² Mestrando em Desenvolvimento Regional Sustentável na Universidade Federal do Cariri (UFCA) – Proder, Universidade Federal do Cariri, Av. Ten. Raimundo Rocha, 1639, Cidade Universitária, Juazeiro do Norte - CE, CEP: 63048-080, E-mail: heverton.nascimento@aluno.ufca.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4111-7905>

³ Mestranda Desenvolvimento Regional Sustentável - Universidade Federal do Cariri, Centro Universitário Vale do Salgado- (UNIVS), Universidade Federal do Cariri, Av. Ten. Raimundo Rocha, 1639, Cidade Universitária, Juazeiro do Norte - CE, CEP: 63048-080, E-mail: waldilenesouza@univs.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2072-8421>

⁴ Mestranda em Desenvolvimento Regional Sustentável, Universidade Federal do Cariri - UFCA – Proder, Universidade Federal do Cariri, Av. Ten. Raimundo Rocha, 1639, Cidade Universitária, Juazeiro do Norte - CE, CEP: 63048-080, E-mail: tatianebetat@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8866-5047>

⁵ Pós-doutorado em Ciências da Saúde na Faculdade de Medicina do ABC. Av. Lauro Gomes, 2000, Vila Sacadura Cabral, Santo André - SP, CEP: 09060-870 E-mail: estelita.lima@ufca.edu.br Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9434-2930>

Sustentável. Por fim, o resultado demonstrou que o MPO é uma política pública que colabora para o DS.

Palavras-chave: Microcrédito. Empreendedor. Empreendedorismo Social. Políticas Públicas. Desenvolvimento Sustentável.

Abstract

The Oriented Productive Microcredit is an incentive to the development of entrepreneurs through financing to promote productive activities. This subsidizes consumption, business development, well-being, education and technology, having business orientation as an essential factor. Attention to this relevant and fragile segment is growing, among other factors, due to public policies to alleviate the vulnerability of microenterprises through actions to combat COVID-19. Therefore, this article as a basic, descriptive and qualitative research, aims to analyze the OPM as a public policy, specifically to evaluate the program as a strategy for Sustainable Development. Finally, the result defined that the OPM is a public policy that contributes to the SD.

Palavras-chave: Microcredit. Entrepreneur. Social Entrepreneurship. Public Policy. Sustainable Development.

Introdução

O cenário atual é marcado pela crescente necessidade de diversificação da economia em uma crise sem precedentes ocasionada, entre outros fatores, pela pandemia da COVID-19. Fortemente caracterizado pelas restrições impostas ao mercado, fechamento parcial da indústria, comércio e serviços, aumento da informalidade, evidenciada inclusive na dificuldade de identificar as pessoas para acesso aos benefícios emergenciais, bem como pela latente questão da fome, num país que acumula 14,8 milhões de desempregados com 6 milhões que desistiram de procurar emprego (IBGE 2021).

Nesta conjuntura, várias são as estratégias assentes na promoção do microcrédito como base para a redução da pobreza, que segundo Pereira dos Santos (2020) é um processo de inclusão socioeconômico para resgate da dignidade humana. Embora seja um termo recente na doutrina financeira, sua prática remonta a Babilônia com meios e medidas informais como recurso para resistência ao processo de exclusão social evoluindo a sistemas formais.

No Brasil o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado do Governo Federal (PNMPO), provido pela Lei 13.636/2018, fundamenta as diretrizes de atuação como política pública para incentivar a geração de trabalho e renda. Além disso, ele busca fomentar a atividade produtiva, revitalizar a dinâmica da sociedade, desenvolver soluções para os problemas encontrados e que afetam abruptamente as camadas mais desfavorecidas.

Com isso, pode-se impulsionar pequenos empreendedores como base geradora de renda e de emprego à população jovem, assim como a mulher chefe de família, sobretudo, para gerar melhorias das condições de vida. Neste contexto, o microcrédito surge para diminuir a desigualdade social e aumentar o empreendedorismo em classes menos favorecidas (NUNES; MALAFAIA; SALES, 2020).

Diante da relevância e simultâneo agravamento da fragilidade dos microempreendedores, posto superveniente analisar a efetividade do microcrédito como política pública para geração de trabalho e renda em combate a crise, conseqüente ferramenta em prol do desenvolvimento sustentável. Desse modo, contribuir para entender e superar o atual momento, apesar da escassez de literatura acadêmica sobre os efeitos econômicos da pandemia.

Objetivos

Com base nesse contexto, o objetivo geral do trabalho é analisar a efetividade do microcrédito como política pública, e como objetivos específicos avaliar o alcance do MCPO para o pequeno e grande negócio, a política, a economia e a qualidade de vida das pessoas; Compreender o que o reputa como estratégia para o desenvolvimento sustentável e Identificar os ODS positivamente impactados.

Metodologia

Trata-se de um estudo documental que de acordo com Bertucci (2009, p. 62) diz respeito a “documentos que já foram disponibilizados ao público, não importando sua extensão, informações disponíveis na internet, livros, artigos, jornais e documentos de empresas”.

Para alcançar o objetivo definido na presente pesquisa, foram levantados dados disponíveis na homepage do SEBRAE, FEBRABAN, BNDES, SEPES, entre outros. A técnica utilizada para a análise dos dados levantados foi análise de conteúdo. Para Freitas (1997) é uma técnica refinada, a qual tem de se valer da definição de categorias e elementos relevantes da teoria. Para tanto, disciplina, perseverança e rigor são essenciais. As categorias e subcategorias analisadas estão apresentadas no Quadro 1.

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Microcrédito	Objetivos.
	Necessidades e lacunas.
Política pública	Trabalho, renda e educação.
	Programa nacional.
Desenvolvimento Sustentável	ODS.

Quadro 1 - Categorias e Subcategorias analisadas.

Fontes: Machado, Oliveira e Carvalho (2020).

Resultados e Discussão

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), foi criado pela Lei nº 11.110/2005 e reformulado pela Lei 13.636/2018 e Lei 13.999/2020. Fundamenta as diretrizes de atuação do Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) com a finalidade de incentivar a geração de trabalho e renda. Seu público-alvo compreende, empreendimentos com receita de até 360 mil/ano, sendo na posição de abr/2021, 9,7 milhões de microempreendedores individuais formais - 56,5% dos negócios ativos do Brasil, além de representar 80,1% das empresas abertas - (Receita Federal - Mapa de Empresas)e 35, 8 milhões de trabalhadores informais (IBGE).

Ainda conforme a Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (SEPEC, 2020), o perfil tradicional dos cliente de MPO é de pessoas que desenvolvem suas atividades econômicas com vistas a propiciar renda para sua subsistência, iniciando suas atividades por necessidade; cerca de 70% dessas são mulheres associam o cuidado da família com a criação de renda e manutenção do seu negócio; empreendimentos menos estruturados com maior tempo de maturação e necessidade de acompanhamento; utilizam crédito com elevadas taxas ou alternativas mais onerosas e inseguras (agiotas); público com menor nível de instrução/capacitação e acesso a formação; contabilidade deficiente e maior sujeição ao lock-in, cujo mercado é marcado pela ausência de indicadores para melhor orientar as ações e incentivos. Ainda, conforme dados do Instituto Locomotiva referentes a janeiro de 2021, 34 milhões de brasileiros não têm acesso a bancos (CARNEIRO, 2021), fato predominante entre as mulheres (59%), negros (69%) e os que vivem no Nordeste (39%) em 2019 (FEBRABAN, 2020).

Com papel de destaque, o MPO exerce efeitos que impactam diretamente do pequeno ao grande negócio, a política, a economia e a sociedade como um todo, ao fomentar atividades produtivas mediante financiamento e orientação empresarial, em contato direto ao empreendedor ou do uso de tecnologias digitais, recentemente regulamentado.

O microcrédito tem sido uma das políticas mais importantes no mundo inteiro para reduzir as desigualdades e criar justiça social promovendo orientação empresarial e capacitação sobre educação financeira contando com inúmeros serviços agregados, tais como, formação profissional, educação financeira, estudo da rentabilidade dos projetos, adequação dos reembolsos, bancarização, inclusão digital, ações voltadas a sustentabilidade das iniciativas microcreditícias, visando entre outros fatores a integração do microempreendedor formal ou informal à sociedade.

Para Braga (2010), o MPO apresenta-se como política pública por agregar tecnologias financeiras e sociais inovadoras, com objetivo de atender a demanda dos microempreendimentos, ainda com exigências que excluem parte da população desfavorecida. E com o desconhecimento do público alvo, a oferta de crédito se torna inadequada impondo assim limites aos programas públicos de microcrédito como instrumentos eficazes de redução da pobreza.

Segundo Marr (2002) a grande parte dos programas de microfinanças não atende às necessidades dos povos mais carentes. Porém, de acordo com Brito (2020) existem algumas evidências de instituições financeiras que mostram que os mais pobres podem se beneficiar de programas de microfinanças. Isso é constatado principalmente em termos de aumento do rendimento e redução da vulnerabilidade (BRITO, 2020).

O microcrédito introduziu novas oportunidades de negócios, como o desenvolvimento socioeconômico e o empreendedorismo em todo o mundo comprovado (BRITO, 2020). Para Guedes et al (2021) o microcrédito melhora consideravelmente a vida das famílias que o utilizam para a produção na agropecuária, gerando inclusive um significativo aumento do volume concedido de empréstimos para este uso.

De acordo com Nardi, et al (2020) o paradoxo do crédito orientado para impacto avalia que 80% dos empreendedores que captaram microempréstimos registraram variação negativa das receitas líquidas de suas atividades. Resultados distintos, porém, foram obtidos para aqueles que obtiveram relacionamento com empresas de microcrédito orientado (Nardi, et al. 2020). A orientação é um dos fatores mais relevantes para o sucesso do MCPO devido ao fato de oferecer não somente aporte financeiro, mas incluir especial atenção à assessoria para

implementar boas práticas de gestão financeira e de cooperação entre redes de grupos solidários.

Desse modo, pode-se perceber que os bancos, quando em um cenário macroeconômico positivo, concedem crédito com menor grau de exigência quanto às garantias proporcionando aos tomadores novas dívidas para pagar dívidas antigas, ou seja, aumenta a liquidez do mercado.

Por outro lado, em cenários pessimistas, os bancos reduzem suas linhas de crédito, aumentam as taxas de juros e as exigências de garantia, o que conseqüentemente acentua a fragilidade dos tomadores e reduz a liquidez no mercado (TRAVAGLINI, 2008). Para minimizar as fragilidades apontadas, Muhammad Yunus (2008) implementou o que hoje chamamos de aval solidário, modalidade em que é oferecido a grupos de pessoas pequenas levadas de crédito sem nenhuma garantia real, onde cada uma garante o seu pagamento e o aval um do outro. Esse comprometimento mútuo intensifica a cooperação e solidariedade entre as partes.

Esses pontos abordados anteriormente, estão ligados ao empreendedorismo social que segundo Limeira (2015) é um campo de ação socioambiental e de realização de negócios, que tem como principal objetivo atingir metas de geração de impacto social e de valor econômico. Apesar de serem consideradas irreconciliáveis, muitos dos desenvolvimentos relacionados a estes temas, buscam atender as expectativas atribuídas a este assunto, proporcionando uma atenção diferenciada aos demais pesquisadores.

Além disso, as ações e efeitos promovidos pelo microcrédito, tais como orientação empresarial e ambiental, aval solidário e fomento ao emprego e renda, favorecem as metas estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) na Agenda 2030. Essa firma o compromisso aprovado em 2015, onde foram envolvidos 193 líderes mundiais. Esse evento formalizou um ambicioso plano de ação colaborativo para alcançar metas globais: conter as mudanças climáticas, erradicar a pobreza extrema e combater a desigualdade e a injustiça - os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS (SILVA, 2018).

Mais especificamente, o programa sensibiliza os seguintes ODS's: Erradicação da pobreza (ODS 1), fome zero (ODS 2), trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8), redução das desigualdades (ODS 10), consumo e produção responsáveis (ODS 12) (FORTE et al., 2021).

Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi analisar a política pública operada por meio do MPO, proporcionando uma compreensão mais ampla e crítica, quanto à relevância e o valor desse para o desenvolvimento sustentável. Para atender esse propósito foram apontados e analisados alguns estudos publicados recentemente acerca do tema. Avaliações essas realizadas em múltiplos contextos desde o ponto de vista micro até o macroprocesso.

É certo que tanto o conceito de DS e de ES ainda estão em construção. No entanto, ambos combinam a maximização do impacto socioambiental positivo e da sustentabilidade econômico-financeira. O microcrédito e outras iniciativas voltadas às realidades econômicas, sociais e ambientais, com intuito de correção das falhas de mercado demandam dos empreendedores e elaboradores de políticas públicas boas práticas de governança, com foco na criação de valor social quanto de valor econômico.

Portanto, essa conclusão remete o MCPO como relevante política pública que, aliada ao empreendedorismo social e as redes sociais colaborativas integradas, pode levar países como o Brasil a alcançar Objetivos para Desenvolvimento Sustentável, ao tempo que conquista resultados operacionais, econômicos e sociais de modo mais eficiente do que atuando isoladamente.

Referências

- Análise da crise e impactos para os pequenos negócios. SEBRAE, 2020. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/ES/Sebrae%20de%20A%20a%20Z/RELAT%C3%93RIO%20IMPACTO%20COVID%20-%20CORRETO.pdf>. Acesso em: 04 de jun. de 2021.
- Bancos e fintechs miram desbancarizados com novos negócios. FEBRABAN, 2020. Disponível em: <https://noomis.febraban.org.br/noomisblog/bancos-e-fintechs-miram-desbancarizados-com-novos-negocios>. Acesso em: 04 de jun. de 2021.
- BERTUCCI, J. L. De O. Metodologia básica para elaboração de trabalhos de conclusão de cursos: ênfase na elaboração de TCC de pós graduação Lato Sensu. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. 2019. Microcrédito no Brasil: histórico e legislação. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/microcredito-brasil>. Acesso em: 30 mai. 2021.
- Boletim das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda. Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade-SEPEC, 2020. Disponível em: <https://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/BOLETIM-DAS->

POL% c3% 8dTICAS-P% c3% 9aBLICAS-DE-EMPREGO-3% c2% ba-Trim_2020.pdf.
Acesso em: 04 de jun. de 2021.

BRAGA, Thaiz. Programas públicos de microcrédito: inadequação das respostas da política pública para inserção da população de baixa renda do setor informal no mercado. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2010, Caxambu. Anais. Belo Horizonte: Abep, 2010. p. 1 – 21

BRASIL. Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018. Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO); e revoga dispositivos das Leis n.º 11.110, de 25 de abril de 2005, e 10.735, de 11 de setembro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, 21 mar. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13636.htm. Acesso em: 04 mai. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020. Dispõe sobre o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe); e altera as Leis n.ºs 13.636, de 20 de março de 2018, 10.735, de 11 de setembro de 2003, e 9.790, de 23 de março de 1999. Diário Oficial da União, Brasília, 19 mai. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13999.htm. Acesso em: 04 mai. 2021.

BRITO, Marília Sílvia Antunes. O impacto do microcrédito na qualidade de vida do microempreendedor. 2020. Tese de Doutorado.

CARNEIRO, Lucianne. 34 milhões de brasileiros ainda não têm acesso a bancos no país. Valor Investe, 2021. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/produtos/servicos-financeiros/noticia/2021/04/27/34-milhoes-de-brasileiros-ainda-nao-tem-acesso-a-bancos-no-pais.ghtml>. Acesso em: 04 de jun. de 2021.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia Científica. 5ªed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Planalto do Governo, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 de jun. de 2021.

Desemprego. IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 04 de jun. de 2021.

ESTRELA, C. Metodologia científica: ciência, ensino, pesquisa [recurso eletrônico]. 3. ed. - Porto Alegre: Artes Médicas, 2018.

FORTE, Gustavo Passos; SIANI, Sérgio Ricardo. Considerações sobre o microcrédito: esboço da sistematização de avaliação da política pública no âmbito do Programa CrediAmigo. Revista de Empreendedorismo e Inovação Sustentáveis. 2021.

GUEDES, I. A., Almeida, A. T. C., & Siqueira, L. B. O. (2021). Efeitos do microcrédito rural sobre a produção agropecuária na região Nordeste: evidências do Programa Agroamigo. Revista de Economia e Sociologia Rural, 59(1), e210774. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.210774>

- HAO, Quach. Access to Finance and Poverty Reduction, an Application to Rural Vietnam. A thesis submitted in fulfillment of the requirements of the degree of Doctor of Philosophy in Accounting and Finance. The University of Birmingham. UK. 2005.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia Científica. 5ªed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LEITE, F. T. Metodologia Científica: métodos e técnicas de pesquisa - monografias, dissertações, teses e livros. Aparecida, São Paulo: Ideias e Letras, 2008.
- LIMEIRA, T. Empreendedorismo Social no Brasil: Estado da Arte e Desafios, 2015. Recuperado em 28 de outubro de 2019, de http://ice.org.br/wpcontent/uploads/pdfs/Empreendedorismo_Social_no_Brasil_ICE_FGV.pdf.
- Mapa de Empresas, Boletim do 1º quadrimestre de 2021. Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/mapa-de-empresas/boletins/mapa-de-empresas-boletim-do-1o-quadrimestre-de-2021.pdf>. Acesso em: 04 de jun. de 2021.
- MARR, A. (2002). Microfinance and poverty reduction: the problematic experience of communal banking in Peru (Working Paper No. 122).SOAS:UK.
- NARDI, Leandro e LAZZARINI, Sérgio Giovanetti e CABRAL, Sandro, The Resource-Based Paradox of Impact-Oriented Strategies: A Study in the Context of Microcrédito. Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3604722> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3604722>. Acesso em: 04 de jun. de 2021.
- NUNES, Rodolfo; MALAFAIA, Fernando; SALES, George. A Evolução do Microcrédito no Brasil–Inclusão Financeira e Novas Tecnologias. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas, v. 5, n. 03, p. 173-191, 2020.
- PEREIRA DOS SANTOS, P. A. Microcrédito: factores de constrangimento & estratégias de fomento em Angola. Edição digital - Luanda: Austra Livros, 2020.
- PNAD Contínua - Divulgação: Maio de 2021 Trimestre: jan-fev-mar/2021. IBGE, 2021. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Quadro_Sintetico/2021/pnadc_202101_trimestre_quadroSintetico.pdf. Acesso em: 04 de jun. de 2021.
- Publicações, Relatórios e Resultados. Banco do Nordeste, 2020. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/crediamigo/resultados>. Acesso em: 04 de jun. de 2021.
- Publicações, Relatórios e Resultados. Banco do Nordeste, 2020. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/7981693/0/2020.12.Relat%C3%B3rio+Gerencial++Agroamigo-bTeOoqrA.pdf/1876bdef-1f71-9fd1-ec0e-2b5f50022156>. Acesso em: 04 de jun. de 2021.
- SILVA, E. R. Agenda 2030: Ods - metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). 2018.

TRAVAGLINI, F. Bancos já estão mais seletivos com empresas. Valor Econômico, São Paulo, 26 set. 2008.

YUNUS, M. Um Mundo sem Pobreza. S. Paulo: Ática, 2008.

Submetido em: 16.12.2022

Aceito em: 19.01.2023